

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Projeto de Lei nº 146, de 13/12/2019.

Autoria: Prefeita Municipal

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área do lote nº 11 da Qd. 10, do Loteamento Polo Empresarial Waltão, para a empresa **HENINALDO DE MELO FERREIRA**, e dá outras providências.

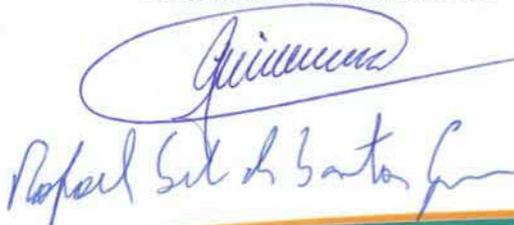
RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área do Lote nº 11, da Quadra 10, do Loteamento Polo Empresarial "WALTÃO", para a empresa HELINALDO DE MELO FERREIRA 59200901115, e dá outras providências. Necessário registrar que a concessão de direito real de uso de imóvel público pretendida na matéria em estudo é apenas o início da relação jurídica de comprometimento do imóvel público do Município para com a empresa privada beneficiária, isso porque a matéria também traz a previsão de doação do imóvel depois de operadas certas condições previstas na propositura em análise. É certo que a nossa Lei Orgânica Municipal (artigo 8º, inciso V) proíbe a doação e constituição de ônus real sobre imóvel público sem a autorização legislativa, e que há no ordenamento jurídico municipal disposição legal determinando que a proposta de concessão de direito real de uso e ou de doação se dê de forma individualizada quanto à beneficiária da concessão/doação. Nota-se que a matéria atende os requisitos retro-citados, eis que há no texto da matéria a declinação de qual empresa será a beneficiária da concessão e possível futura doação. Assim, ante o disposto na Constituição Federal em seu artigo 30, o qual reserva aos municípios o direito de legislar sobre assuntos de interesse local, é certo dizer que a matéria é boa no aspecto legal e constitucional. Quanto a ser ou não justa a matéria, entendemos sê-la, considerando o perfil da empresa beneficiária apontado na justificativa ao Projeto de Lei vinda a esta Casa de Leis através do Ofício Mensagem e anexos. A redação gramatical usada é satisfatória.

Pelo exposto, manifestamos no sentido de sermos **FAVORÁVEIS** à aprovação da matéria em apreço.

É O PARECER.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 2019.



Vereador **ANDRÉ LUIZ BESSA**
- RELATOR -

